

Apogeu do processo constituinte

JORNAL DO BRASIL

Florestan Fernandes

-2 DEZ 1967

O processo constituinte foi cercado de condições negativas insanáveis. Algumas provêm da sociedade civil. Dominada por categorias sociais privilegiadas e dirigida pelas elites de classes burguesas conservadoras, a sociedade civil deteriorou o processo constituinte de duas maneiras. A primeira, porque determinou a composição da maioria parlamentar. Dados os tipos de partidos políticos que possuímos, a vigência de uma "transição democrática" que é uma transição conservadora e o peso econômico das classes dominantes nos processos eleitorais, tal sociedade civil só podia gerar uma maioria parlamentar de "centro-direita" (eufemismo pelo qual a reação dissimula a sua verdadeira face). A segunda, porque ela dispõe de uma capacidade de pressão tentacular. Ela define e impõe, como moeda corrente, o que entende como natureza "pacífica" e "moderada" do povo brasileiro. E, acima das contingências, manipula todas as instituições-chaves, da escola, da igreja e da empresa ao estado. Pode-se introduzir algumas limitações aos privilégios. Mas não suprimi-los. A Assembléia Nacional Constituinte curvou-se a esse arco convencional imbatível e tentou conciliar a "modernização conservadora" com os "interesses estabelecidos pela ordem existente". Nas atuais condições históricas, isso era sociologicamente fatal.

Para quem participa do processo constituinte, a estrutura que foi programada, das subcomissões às comissões temáticas, à Comissão de Sistematização e ao plenário fazia prever uma fragmentação das correntes inovadoras e o fortalecimento concomitante dos "moderados". O ambiente criado pela "transição democrática" e as interferências de um governo empenhado em impedir a sua "derrota" (estranhamente posta no desenvolvimento normal do processo constituinte) agravavam esse efeito. Em um dado momento, parecia que o Brasil estava condenado a ter uma "Constituição possível" (e muitos chegaram a proclamar que ela seria pior que a de 1946 e, mesmo, que as de 1967 e 1969, frutos da ditadura militar).

Outros constrangimentos vinham da tradição parlamentar brasileira. A debilidade dos partidos corre paralelamente com o vigor das lideranças e o despotismo dos líderes. O fator pessoal decisivo é sempre o líder, elemento autocrático predominante de um processo parlamentar subdemocrático. A ANC absorveu e imprimiu grande vitalidade aos papéis construtivos e negativos da liderança e da figura do líder. Obedeceu-se, de modo estrito, ao princípio da proporcionalidade da representação, o que era extremamente vantajoso ao PMDB. E os acordos entre os partidos (de fato, acordo entre lideranças e, por vezes, entre certos líderes) fez com que a competência fosse subestimada em função da autoridade. O Sr Mário Covas não escolheu arbitrariamente os presidentes e os relatores das subcomissões e das comissões temáticas. Ele compôs habilmente as indicações que tinham essa origem (de partido para partido e entre correntes mais ou menos decisivas dentro do PMDB). A sorte (ou o azar) gerou, assim, o perfil final da composição do quadro dirigente e eventualmente mais influente daquelas entidades e condicionou a formação do núcleo fundamental da Comissão de Sistematização. As lideranças dos partidos maiores escolheram os critérios pelos quais foram selecionados seus representantes nessa comissão. O PMDB e o PFL tiveram espaço para alçar vôo. Partidos pequenos viram-se esmagados pela proporcionalidade, pois tinham que se virar, com uma representação diminuta, reduzida ao líder, ao vice-líder (como suplente) e ao relator (se chegassem a ter algum). Se compararmos esses critérios, por exemplo, com os que orientaram a elaboração da Constituição de Weimar, descobrimos que estrangulamos o talento e a competência profissional (ou técnica) e realçamos a liderança e a autoridade como princípios organizativos e de produção intelectual.

Um segundo elemento negativo interno era ocasional. O presidente e, em particular, os relatores eram componentes nucleares da qualidade do relatório inicial e do substitutivo que vinha em seguida. A variação foi do ótimo ao sofrível (os exemplos salientados, quanto ao que apareceu de melhor, dizem respeito a José Paulo Bisol, Almir Gabriel ou Severo Gomes e Artur da Távola, apesar da sabotagem dos trabalhos dos dois últimos). Além disso, a ANC não coibiu a interferência direta dos "interesses inconfessáveis", que se objetivaram através dos próprios constituintes. Ninguém é anjo. Os constituintes sucumbiram à natureza de sua natureza humana. Valham o exemplo do que ocorreu com a educação e a comunicação.

As lideranças, em tais casos, se retraíam e os "interesses inconfessáveis" corriam soltos. O resultado final foi a incongruência não só ideológica e política, mas de qualidade e de prevaricação. O primeiro relatório composto por Bernardo Cabral ilustra esse fato. Era uma colcha de retalhos, onde engenho e arte ajudavam; na forma e no fundo, o todo assustava, como um Quasimodo ou mesmo um Frankenstein: a racionalidade sucumbia à contingência. Todos ficaram horrorizados com o monstro e Bernardo Cabral passou maus bocados, segurando um filho que não era seu...

Pois bem, sob o incentivo propulso da iniciativa popular (pouco visível por trás das emendas dos constituintes) e do trabalho original destes, processou-se um refinamento progressivo, que não levou a uma Constituição ótima (ou a uma "boa Constituição", na linguagem dos psicólogos gualtianos). Mas nos deu uma Constituição satisfatória, com vários pontos altos. Como explicar isso? De um lado, pelo centro autêntico do PMDB e de outros partidos da ordem, que não tinha como fugir à responsabilidade do parlamentar constituinte. De outro, pelo trabalho incansável dos chamados "progressistas" (o setor "radical" do PMDB, que ao longo da trajetória se converteu em MUP; o PDT, o PT, o PSB, o PC do B e o PCB). Um partido pequeno como o PT, por exemplo, manteve um combate aceso permanente pelas melhores causas e enervou o processo constituinte. O mesmo ocorreu com a contribuição dos outros partidos ou corrente de partidos da "esquerda". Acresce que, nesta área, o princípio da liderança revelou-se mais construtivo. Tome-se Lula como ponto de referência. Um líder operário na ANC. O que ele falava sempre continha peso político e terminava por polarizar o processo constituinte, compelindo os "moderados" ou os "centristas" a desnudar-se política e ideologicamente. Além disso, as lideranças dessa área colaboraram entre si com relativa organicidade (que declinou ou empalideceu em certos momentos). Juntos, Lula, Brandão Monteiro, Roberto Freire, Haroldo Lima, Jamil Haddad, com quem representasse o MUP (Octavio Elisio, Jorge Hage, Nelton Friedrich, Cristina Tavares ou outros) e a colaboração de Euclides Scalco (ou outros) lograram conduzir os debates para fins que envolviam a qualidade da Constituição — não uma congruência com os interesses patrocinados pela "defesa da ordem". Esses partidos e grupos mantinham seus quadros e seus corpos de assessores no Plenário, em atividade constante, elaboravam cooperativamente emendas coletivas e incentivavam a combatividade dos suplentes, o que explica, por exemplo, o êxito marcante de José Genoíno.

Operou-se, assim, a metamorfose do monstro em uma Constituição com espinha vertebrada e com sentido moderno e de conteúdo democrático inegável. Os avanços foram feitos em diferentes direções, o que não impediu contradições formais e lógicas ou omissões injustificáveis: a comunicação, os índios e a parte relativa à família, ao menor e ao idoso ficaram sem revisão. Além disso, todos os constituintes foram vitimizados pelo encurtamento progressivo drástico do tempo de duração dos trabalhos da Comissão de Sistematização. Este corte não foi técnico, mas político. Representou um meio para reduzir o alcance inovador (e para alguns iconoclasta) da contribuição constitucional dessa comissão. Todos sofremos por isso, mas o golpe fatal foi desfechado sobre o crânio da "ala esquerdista ou radical". Os que compõem o que se autotizou de "centrão" não possuem razão para sobrepor-se aos demais e exigir uma mudança das normas do regimento para recomear o jogo. O protesto deveria ter sido feito no momento exato, no qual se consentiu que o presidente da ANC baixasse um conjunto de decisões que amputava a massa de destaques indiscriminadamente (segundo acordo com as lideranças, mas, na verdade, de forte cunho pessoal). Agora, o que se busca é um retrocesso. Os "interesses inconfessáveis" ressurgem sob diversas roupagens, com o fito de extirpar certos avanços, como, por exemplo, os conseguidos nos direitos sociais, e de mitigar ou extinguir da Constituição o que ela possui de mais significativo para a implantação de uma sociedade civil civilizada e de um estado capitalista democrático no Brasil. Há muita gente que não quer dizer adeus 'à barbárie'. Os constituintes não fogem a essa regra, açulados ou não por imperativos dos interesses de classes contrariados, pelo medo de perder suas posições na monopolização do poder político estatal ou por uma tradição de mandonismo obscurantista, ameaçada pelo advento de uma democracia de participação política ampliada.